

Intervenção precoce: Focada na criança ou centrada na família e na comunidade?

ISABEL CHAVES DE ALMEIDA (*)

Num texto de 2002, Dunst e Bruder, definem Intervenção Precoce como uma prática que diz essencialmente respeito,

aos serviços, apoios e recursos necessários para responder às necessidades das crianças. Inclui, assim, actividades e oportunidades que visam incentivar a aprendizagem e o desenvolvimento da criança; e, ainda, aos serviços, apoios e recursos necessários para que as famílias possam promover o desenvolvimento dos seus filhos, criando oportunidades para que elas tenham um papel activo neste processo.

A Intervenção Precoce dirige-se portanto à família, família essa que inclui obviamente a criança e, é hoje entendida como uma prática que se baseia numa rede integrada de serviços, apoios e recursos, que dão resposta às necessidades do conjunto da unidade familiar.

Em termos teóricos, encontramos enquadramento para uma prática deste tipo no Modelo Ecosistémico e Transaccional (von Bertalanffy, 1968; Turnbull & Turnbull, 1986; Sameroff, 1975, 1995; Sameroff & Fiese, 1990, 2000; Bronfen-

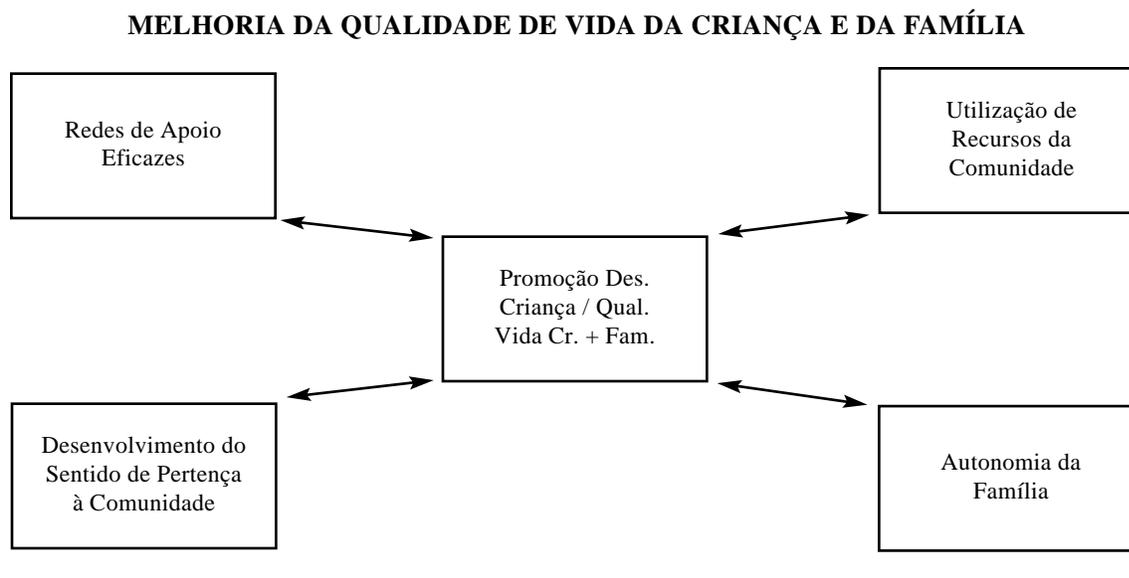
brenner, 1979, 1986, 1989, 1994; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Se quisermos sintetizar, podemos considerar como os principais eixos deste modelo:

- A importância que têm no desenvolvimento da criança, os diferentes contextos que a contêm, assim como as interrelações que entre eles se estabelecem.
- A família como a unidade de intervenção dos programas de Intervenção Precoce e como o principal contexto de desenvolvimento da criança.
- A criança e a família inseridas numa comunidade, com as suas redes sociais, normas, valores e atitudes próprias.
- A importância de uma coordenação eficaz de serviços e recursos, que permita uma resposta integrada e atempada.

Quando se desloca a unidade de intervenção da criança para a família, está-se a abandonar uma perspectiva de estimulação precoce em que a criança surgia como o principal alvo do programa de intervenção. É a família como um todo que deve ser considerada simultaneamente como receptora e agente activo do programa. Isto, porque se deseja que a família participe em verdadeira parceria com os profissionais no desenrolar do programa e que lhe seja passada a ela a tomada de decisão em tudo aquilo que tenha a ver com a criança e com a família no seu todo.

(*) Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família, MTSS.

FIGURA 1
Objectivo da Intervenção Precoce



Estamos portanto dentro duma perspectiva abrangente de intervenção em que se procura atingir uma melhor qualidade de vida para o todo que constitui a unidade familiar (Figura 1). Pretende-se que a família consiga, uma cada vez melhor inserção na comunidade, seja através da utilização dos recursos disponíveis, seja através da constituição de uma rede social de apoio cada vez mais consistente, sem esquecer nunca a disponibilização da atenção necessária à problemática da criança, factor que desencadeou o programa. Trabalha-se tendo como meta a completa autonomização da família relativamente aos profissionais e serviços, de forma a que ela se torne capaz de gerir por si só os recursos de que necessita.

Como não podemos deixar de reconhecer, são objectivos ambiciosos, mas a realidade sobre a qual trabalhamos é complexa e são estas as metas que devemos tentar alcançar se queremos fazer uma Intervenção Precoce de qualidade.

Por isso, torna-se cada vez mais claro, que o profissional de Intervenção Precoce não pode trabalhar sozinho. Tem de existir uma mobilização dos vários recursos e parceiros e uma estreita colaboração entre a família, os profissionais de di-

ferentes especialidades, os serviços dos diferentes sectores – Saúde, Educação e Segurança Social – e os diversos elementos e recursos da comunidade.

Estes são, em linhas gerais, os parâmetros que hoje em dia deverão guiar uma prática de qualidade em Intervenção Precoce. Tendo este enquadramento conceptual como referência, iremos em seguida reflectir sobre uma parcela, que nos parece importante, da realidade actual da Intervenção Precoce no nosso país.

Como base para esta reflexão recorreremos a um trabalho de Bairrão e Almeida (2002), em que foram avaliadas as práticas do universo dos educadores dos Apoios Educativos do Ministério da Educação que, na altura, trabalhavam com crianças entre os 0 e os 6 anos de idade, nas cinco Direcções Regionais de Educação existentes¹.

¹ Este trabalho resultou de um protocolo estabelecido entre o Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação, a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e o Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa.

A avaliação foi feita com base num questionário construído para o efeito. Foram enviados 1523 questionários e obtiveram-se 1048 respostas válidas, o que nos dá uma taxa de mortalidade de 31%, valor bastante aceitável neste tipo de estudos.

Verificou-se que no total, eram atendidas por estes educadores, 5206 crianças, sendo que 882 (17%) tinham idades compreendidas entre os 0 e os 3 anos e 4324 (83%) entre os 3 e os 6 anos. Importa desde já chamar a atenção, para a grande disparidade em termos de atendimento nestas duas faixas etárias e para a provável sinalização tardia das crianças para os programas de Intervenção Precoce, que esta constatação permite inferir.

Passaremos de seguida a expor sucintamente, algumas das conclusões deste estudo que nos parecem merecer uma certa atenção, utilizando como grelha de reflexão um trabalho de 2002, que dois autores norte-americanos especialistas nesta área, Bailey e Wolery, apresentaram perante uma comissão presidencial sobre educação especial.

As grandes questões que estes autores consideram como aquelas que irão levantar maior polémica na próxima década são as seguintes:

- Identificação precoce e elegibilidade;
- Modalidades de intervenção;
- Avaliação dos resultados dos programas;
- Legislação específica e gestão de recursos humanos e financeiros;
- Organização e apoio à investigação.

Não nos iremos ocupar, aqui, das duas últimas uma vez que, em relação à investigação em Intervenção Precoce, aquilo que se passa em Portugal, nesta área, não é significativo e, falar de organização e apoio à investigação é, na grande maioria dos casos, infelizmente, quase uma utopia.

No que diz respeito à legislação, temos o Despacho conjunto 891/99 que deveria entrar agora em fase de avaliação. No entanto, devido às dificuldades de articulação entre os diferentes ministérios implicados, Saúde, Educação e Segurança Social e, provavelmente, a alguma falta de vontade política em investir nesta área, tem-se vindo a assistir a uma indefinição, com reflexos tanto a nível dos órgãos coordenadores como da organização das equipas no terreno.

A QUESTÃO DA IDENTIFICAÇÃO PRECOCE E DA ELEGIBILIDADE

O Despacho conjunto 891/99 é omissivo em relação a esta questão, deixando ao critério de cada equipa de coordenação a definição dos seus próprios critérios de elegibilidade. Na prática, esta indefinição acaba por se traduzir numa cobertura irregular das situações, que ficam dependentes do parecer dos técnicos intervenientes.

Por sua vez, no que diz respeito à sinalização das situações para os programas de Intervenção Precoce, como já acima salientámos, parece existir, e esta opinião é bastante consensual, uma clara insuficiência a nível da detecção e encaminhamento precoce das situações. No nosso trabalho (Bairrão & Almeida, 2002), constatámos que apenas 25% das crianças eram sinalizadas antes dos 3 anos. Pensamos, que esta baixa percentagem de sinalização nas primeiras idades, se prende com a inexistência de redes e de canais de comunicação eficazes entre as estruturas de saúde, que estão em posição privilegiada para detectar precocemente as situações, e as possíveis respostas em termos educativos. Outro equívoco, que bastantes vezes ainda se constata, é a retenção das situações nas estruturas de saúde com vista à obtenção de um diagnóstico, que não deveria ser considerado indispensável à sinalização e consequente intervenção educativa. Nas situações de risco biológico ou social, acresce ainda, muitas vezes, a dificuldade na detecção de situações por parte dos serviços de cuidados primários de Saúde, serviços de Educação e de Segurança Social (Bairrão & Almeida, 2003).

Bailey e Wolery (2002), no artigo que acima citámos, reflectem sobre a situação da Intervenção Precoce nos EUA, nos últimos 30 anos. Quando abordam as questões da identificação precoce e elegibilidade, interrogam-se sobre as razões que levam a que algumas crianças sejam identificadas mais cedo do que outras e referem uma série de fragilidade que poderão estar na base desta questão, e das quais salientamos as principais fazendo o paralelo com a situação em Portugal:

- A existência de uma grande diversidade de critérios. Situação que, como vimos, é idêntica à nossa, com uma diferença: nos Estados Unidos existem critérios diversos, mas

são critérios bem definidos e cientificamente fundamentados. Será este o nosso caso?

- A falta de experiência que, em muitos casos, se constata a nível de diagnóstico. Podemos, com certeza, também subscrever esta lacuna.
- Insuficiente generalização de modelos de intervenção pluridisciplinar e baseados na comunidade. Precisamente uma das conclusões do trabalho acima citado (Bairrão & Almeida, 2002), foi a da existência de uma intervenção maioritariamente monodisciplinar, pressupondo uma incipiente coordenação de serviços e recursos.
- Carência de instrumentos de rastreio eficazes. Situação que podemos igualmente e, provavelmente com maior fundamento, perfiar.
- Diferentes situações de deficiência com implicações diversas na detecção precoce de sinais. Comum a praticamente todos os programas de Intervenção Precoce e que, como vimos, se põe ainda com maior acuidade nas situações de risco.

A QUESTÃO DAS MODALIDADES DE INTERVENÇÃO

Daquilo que se passa em Portugal a nível das práticas de Intervenção Precoce, e realçando apenas os principais aspectos, constatámos (Bairrão & Almeida, 2002), de um modo geral:

- Uma predominância de práticas monodisciplinares, que têm na sua base a estrutura dos próprios serviços educativos² e uma deficiente coordenação de serviços e recursos, decorrente de indefinições em termos de políticas gerais e de dificuldades de coordenação e de partilha de informação no terreno.
- Uma predominância de práticas centradas na criança, tendo subjacente um modelo de apoio descontextualizado e desintegrado,

² São maioritariamente os educadores dos apoios educativos que dão resposta a estas situações.

próximo de uma estimulação precoce e distante de um modelo de intervenção que pressuponha um envolvimento activo das famílias como parceiras, seja por desconhecimento do próprio modelo, seja por dificuldades na sua operacionalização decorrente da organização dos serviços.

Convém, no entanto, distinguir, aqui, dois tipos de situações. Por um lado, o trabalho desenvolvido pelos educadores com crianças dos 0 aos 3 anos, que tende a aproximar-se mais das práticas recomendadas em Intervenção Precoce. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pelos educadores inseridos nos diversos projectos integrados de Intervenção Precoce (21% do total da população estudada), que demonstram uma prática já mais consolidada e de maior qualidade, que pressupõe o ensaio de novos métodos de intervenção.

De facto, da análise das práticas dos educadores incluídos em projectos integrados de Intervenção Precoce, verificou-se, a par de uma maior formação complementar e em serviço na área da Intervenção Precoce:

- a existência de equipas pluridisciplinares;
- uma coordenação mais eficaz de serviços e recursos;
- e um maior envolvimento das famílias nos programas.

Como podemos ver na figura 2, constata-se que os educadores integrados em projectos de Intervenção Precoce, têm um maior acesso a formação nesta área, quer se trate de formação complementar, quer em serviço, quando comparados com os restantes.

De igual modo, no que diz respeito à supervisão sistemática das práticas (Figura 3), verificamos que cerca de 42% dos educadores integrados em projectos referem a sua existência, contra 27% dos restantes. Embora seja nítido o predomínio da supervisão no âmbito dos projectos, não podemos deixar de chamar a atenção para o valor relativamente baixo, menos de metade, de projectos com supervisão. É uma situação que teria toda a vantagem em ser reflectida, já que a existência de uma supervisão sistemática das práticas nos parece ser uma condição indispensável para a sua qualificação. Outra questão que se poderia levantar, mas para a qual não estamos na posse

FIGURA 2
Existência de formação complementar e em serviço na área da Intervenção Precoce em função da pertença a projecto integrado de Intervenção Precoce

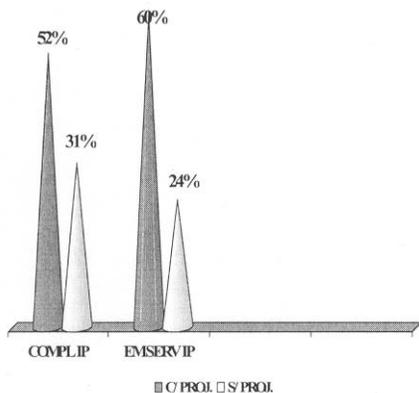
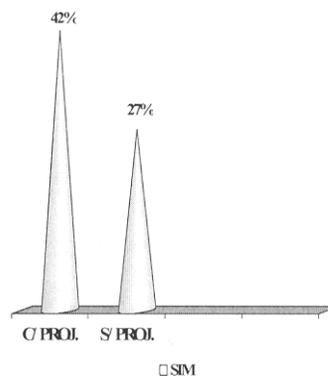


FIGURA 3
Existência de supervisão sistemática das práticas em função da pertença a projecto integrado de Intervenção Precoce



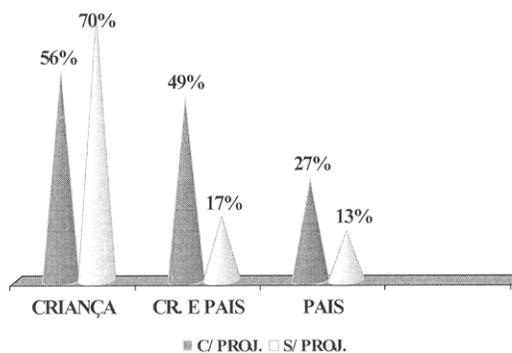
de dados que nos possibilitem dar resposta, é a que se prende com a natureza exacta da supervisão que é referida.

Continuando a analisar as práticas dos educadores inseridos nos diversos projectos integrados de Intervenção Precoce, a existência de equipas pluridisciplinares e de uma coordenação mais eficaz de serviços e recursos, são aspectos inerentes à própria condição de trabalho de projecto, pelo que não os iremos aqui aprofundar.

Passamos então a fazer uma análise comparativa, entre práticas de educadores integrados e não integrados em projectos de Intervenção Precoce, em função de três aspectos significativos no que diz respeito ao envolvimento das famílias nos programas: o enfoque do programa, a participação activa dos pais e a existência de um Plano Individualizado de Apoio à Família (PIAF).

Como se pode verificar (Figura 4), são os educadores que não estão integrados em projectos de Intervenção Precoce que referem um maior enfoque exclusivamente na criança. Embora seja ainda elevado o número de educadores integrados em projectos que situam o enfoque na criança e nos pais, ou só nos pais. De notar que as respostas não são mutuamente exclusivas, pelo que as percentagens não são cumulativas.

FIGURA 4
Enfoque do programa em função da pertença a projecto integrado de Intervenção Precoce



O mesmo se constata (Figura 5) no que concerne a participação activa dos pais no programa, 76% dos educadores inseridos em projectos referem-na, contra 52% dos restantes.

É, porém, no que diz respeito à utilização do Plano Individualizado de Apoio à Família (PIAF), que encontramos as diferenças mais significati-

FIGURA 5
Participação activa dos pais no programa em função da pertença a projecto integrado de Intervenção Precoce

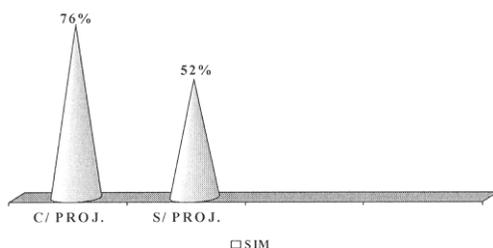
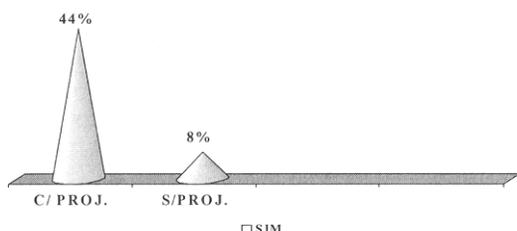


FIGURA 6
Utilização do PIAF em função da pertença a projecto integrado de Intervenção Precoce



vas entre os dois grupos de educadores (Figura 6), 44% dos integrados em projectos utilizam-no, contra 8% dos restantes. No entanto, mais uma vez importa chamar a atenção para os baixos valores encontrados. Mesmo os 44% que dizem utilizá-lo, estão muito aquém do que seria desejável tendo em conta a importância deste instrumento que, mais do que um instrumento, corresponde a todo um processo inerente àquilo que hoje se entende ser uma intervenção centrada na família.

Podemos, no entanto, considerar que existe, de facto, um maior envolvimento das famílias nos programas desenvolvidos no âmbito dos projectos integrados de Intervenção Precoce. Pensamos que isto decorrerá, em grande parte, das melhores condições em termos de formação e de supervisão que acima constatámos, para além da existência da componente pluridisciplinar.

Bailey e Wolery (2002), no trabalho a que nos temos vindo a referir, salientam a importância do desenvolvimento do Plano Individualizado de Apoio à Família e da prestação de serviços de acordo com as necessidades da criança e as preferências da família. Salientam ainda, que o principal papel da Intervenção Precoce não é sobretudo criar novos serviços, mas sim facilitar e coordenar o acesso aos serviços já existentes, completando-os quando necessário. Para estes autores a principal questão que se irá colocar, será a de identificar os melhores modelos e programas em função das diferentes problemáticas das crianças e famílias. Isto remete-nos directamente para a última questão que iremos aqui tratar e que tem a ver com a avaliação dos programas de Intervenção Precoce.

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS

Em Portugal não tem existido uma cultura de avaliação. Isto estende-se praticamente a todos os domínios, não sendo portanto um exclusivo da Intervenção Precoce. Daí que não estranhemos a quase ausência em termos de avaliação das práticas dos programas nesta área. Seria importante promover este tipo de avaliação considerando o impacto da intervenção nas crianças e famílias, as percepções e satisfação das famílias relativamente aos programas e as percepções dos profissionais relativamente às suas práticas.

Do mesmo modo, no que diz respeito à investigação neste campo, quase tudo está por fazer. Seriam bem vindos trabalhos de pesquisa que, entre outros aspectos, se preocupassem, nomeadamente, com a análise da adequação dos modelos dominantes em Intervenção Precoce à realidade portuguesa, com o ensaio de novas metodologias, com a adaptação dos instrumentos utilizados e com a concepção de novos instrumentos.

Uma maior articulação entre os serviços de acção directa e as universidades, seria uma condição fundamental para incrementar estas práticas, já que a existente até à data é escassa. Tal articulação seria também importante tendo em vista um incremento da formação dos técnicos, não só a nível da sua formação de base ou pós-graduada, mas igualmente no que se refere à formação em serviço, nomeadamente através da

formação dirigida às equipas e do desenvolvimento de situações de supervisão sistemática do trabalho em Intervenção Precoce.

Para terminar iremos apenas referir aqui aquelas que são consideradas por Bailey e Wolery (2002), como as áreas prioritárias de investigação em Intervenção Precoce na próxima década:

- Estudos sobre os instrumentos de avaliação dos resultados na família, já que eles consideram os instrumentos existentes, de um modo geral, algo intrusivos, pouco eficazes e tecnicamente pouco adequados.
- Estudos sobre a avaliação abrangente dos progressos das crianças, incluindo todas as áreas de desenvolvimento e contextualizando as situações de forma a ter em conta os factores de risco e de oportunidade que influenciam o desenvolvimento.
- Estudos sobre os efeitos que factores como etnia, linguagem, cultura e pobreza, têm no grau de participação da família nos programas de Intervenção Precoce e nos resultados alcançados com estes programas. Esta é uma área de importância fundamental também entre nós, já que um dos maiores desafios que se coloca hoje aos profissionais, é exactamente o de como trabalhar com estas famílias de risco social. Como conduzir nestes casos uma intervenção centrada na família? Onde situar as referências em que possam balizar a sua prática? Investigações que permitam encontrar as melhores formas de intervir nestes casos e de conseguir resultados com efeitos positivos nas crianças e famílias, são portanto essenciais.

Finalmente, terminamos com uma chamada de atenção dos autores que convém termos sempre presente para ultrapassarmos visões parcelares da realidade: as avaliações de programas de Intervenção Precoce baseados em medidas estreitas e pontuais conduzem-nos a constatações espúrias sobre a sua eficácia. Da mesma forma, é importante estarmos atentos para não nos limitarmos a perspectivar a nossa intervenção focando apenas aspectos parcelares da realidade, pois corremos o risco de sermos inevitavelmente conduzidos a alcançar resultados igualmente espúrios.

REFERÊNCIAS

- Bailey, D., & Wolery, M. (2002). *FPG director testifies before presidential commission: Part 1 of 2*. Retirado em 22/4/02 de <http://www.fpg.unc.edu/MediaInfo/pr/detail.cfm?PressreleaseD=83>
- Bailey, D., & Wolery, M. (2002). *FPG director testifies before presidential commission: Part 2 of 2*. Retirado em 22/4/02 de <http://www.fpg.unc.edu/MediaInfo/pr/detail.cfm?PressreleaseD=83>
- Bairrão, J., & Almeida, I. C. (2002). *Contributos para o estudo das práticas de intervenção precoce em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.
- Bairrão, J., & Almeida, I. C. (2003). Questões actuais em intervenção precoce. *Psicologia*, 17 (1), 15-29.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by natural and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent Advances in Research on the Ecology of Human Development. In R. K. Silbereisen, K. Eyferth, & G. Rudinger (Eds.), *Development as Action in Context. Problem Behaviour and Normal Youth Development*. Berlin: Springer Verlag.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological System Theory. *Annals of Child Development*, 6, 187-249.
- Bronfenbrenner, U. (1994). Nature – Nurture Reconceptualized in Developmental Perspective: A Bioecological Model. *Psychological Review*, 101 (4), 568-586.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of Child development. Vol. 1. Theoretical models of human development*. New York: J. Wiley.
- Sameroff, A. J. (1975). Early influences on development: Fact or fancy. *Merrill Palmer Quarterly*, 21, 267-294.
- Sameroff, A. J. (1995). General Systems theories and developmental psychopathology. In D. Cicchetti, & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology. Vol. 1. Theory and Methods*. New York: J. Wiley.
- Sameroff, A. J., & Fiese, B. H. (1990). Transitional regulation and early intervention. In S. J. Meisels, & J. P. Shonkoff (Eds.), *Handbook of early childhood intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sameroff, A. J., & Fiese, B. H. (2000). Transactional regulation: The developmental ecology of early intervention. In J. P. Shonkoff, & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (2th ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Turnbull, A. P., & Turnbull, H. R. (1986). *Families, Professionals, and Exceptionality: A Special Partnership*. Columbus, OH: Charles E. Merrill.
- von Bertalanffy, L. V. (1968). *General Systems Theory*. New York: Georges Brazilles.

RESUMO

A Intervenção Precoce dirige-se às famílias e às crianças. Deverá, portanto, preocupar-se com os aspectos ligados à promoção do desenvolvimento da criança, assim como com o apoio global à família. Na perspectiva ecossistémica, que hoje se defende, estas respostas deverão ser integradas e inserir-se nos contextos de vida das famílias.

Pôr em prática este tipo de abordagem não é fácil e mesmo em países como os Estados Unidos, se reconhece a existência de uma discrepância entre as práticas ideais dos profissionais e as suas práticas reais (Bailey, 1994).

E em Portugal, o que se passa? Sobre isto tentámos deixar algumas pistas com base em alguns dados empíricos.

Palavras-chave: Intervenção precoce, intervenção centrada na família, avaliação de práticas.

ABSTRACT

Early intervention is aimed at families and children. It must therefore promote the development of the child, as well as provide global support to the family. According to the ecosystemic perspective, these concerns must be integrated in the life contexts of families.

Putting these types of approaches in practice is not easy and even in countries such as the United States of America studies have identified discrepancies between professionals' perceptions of what are ideal practices and their real practices (Bailey, 1994).

And in Portugal, what is happening? Using empirical data, we will discuss and characterise the current situation of early intervention in Portugal.

Key words: Early intervention, family centred intervention, evaluation of practices.